JORNAL CFFC

INFORMATIVO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE — ANO V - NÚMERO 34

OPERAÇÃO LAVA JATO

Debate aponta medidas para preservação de investimentos e empregos no Brasil

Encontro na Firjan reuniu empresários, trabalhadores e poder público

Em debate promovido pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, na sede do Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), no último dia 27 de março, sobre os "Impactos da Operação Lava Jato e as perspectivas de preservação do emprego". O deputado Vicente Cândido, presidente da Comissão, destacou a importância de levar a discussão para fora da Câmara, com o objetivo de ouvir o que a sociedade tem a dizer a respeito do tema.

O deputado falou sobre acordos de leniência entre o governo federal e as empresas envolvidas na Operação Lava Jato e disse que o objetivo é aperfeiçoar a legislação para punir pessoas e assegurar que as empresas continuem a trabalhar. "O maior bem que está em jogo são os empregos dos trabalhadores e as empresas. O que vai nos ajudar a superar essa crise é que todas as nossas instituições estão funcionando. Essa é a garantia de que vamos separar a pauta dos desvios e punições da pauta positiva que precisa andar", ressaltou Cândido.

> *"O maior bem que está em jogo são os empregos dos trabalhadores e as empresas"*

O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, também defendeu a preservação das empresas envolvidas para que os investimentos do país continuem e que empregos sejam mantidos.

Estudo divulgado pela Federação mostra que pelo menos 144 empreendimentos estão ameaçados de paralisação, o que representa R$ 423,8 bilhões em investimentos.

> *Estudo da Firjan mostra que 144 empreendimentos estão ameaçados de paralisação*

Segundo Eduardo Eugenio, é necessário discutir saídas para que o Brasil não entre em uma crise sistêmica: "Uma coisa é punir controladores ou executivos que incorreram em atos ilícitos. Outro bem diferente é permitir que empresas quebrem e arrastem com elas os empregos de milhões de brasileiros".

O estudo mostra ainda que do investimento total ameaçado, R$ 242,8 bilhões estão previstos para serem aportados em 109 obras de infraestrutura e o restante, R$ 181 bilhões, são para o setor de petróleo e gás.

Participaram do debate representantes da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, do Clube de Engenharia, da CUT, da Federação Única dos Petroleiros, da Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego da Cidade do Rio de Janeiro.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ministro Adams defende acordo de leniência entre governo e empresas envolvidas na Operação Lava Jato

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, defendeu a aplicação de acordos de leniência entre o governo federal e empresas envolvidas na Operação Lava Jato. O ministro disse que o acordo é um efetivo instrumento de combate à corrupção e que, além de obrigar as empresas a colaborarem com as investigações e prever punições severas às envolvidas, garante a recuperação integral dos recursos públicos desviados e assegura a continuidade das atividades econômicas. Ele participou, no último dia 25 de março, de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).

Vicente Cândido: Tivemos posições antagônicas, mas isso é próprio do Parlamento

A audiência foi proposta pelo deputado Vicente Cândido (PT-SP), que é o presidente da CFFC. Participaram da discussão com os deputados, além do ministro Adams, Sandro Grangeiro Leite, representante do Tribunal de Contas da União (TCU) e Júlio Marcelo de Oliveira, representante do Ministério Público junto ao TCU.

O ministro disse que é preciso cuidado com as consequências das punições às empresas, que podem provocar, por exemplo, desemprego. Segundo Adams, mais de 30 mil empregos já foram liquidados.

O representante do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, que também participou da audiência, defendeu que só a primeira empresa a se manifestar interesse tenha a possibilidade de firmar o acordo. Ele disse que a Controladoria-Geral da União (CGU), entidade que formaliza os acordos em nome do governo federal, não tem como saber se as informações prestadas pela empresa beneficiada são novas ou não, devido ao sigilo das investigações. Foi contra também posições de que só as pessoas físicas devem ser responsabilizadas por atos ilícitos, com preservação das empresas.

O ministro Adams rebateu dizendo que uma empresa não pode ser condenada pela ação de um dirigente. "Aplicar as sanções de maneira absoluta significa a morte da empresa. Não se coloca uma empresa na cadeia. Ela é uma coletividade de pessoas que se associaram: bancos, fundos de pensão, empregados."

Adams ressaltou as diferenças das consequências penais das administrativas. Segundo ele, apenas a primeira empresa de um cartel a colaborar para sua dissolução pode ser beneficiada do ponto de vista penal. "Mas os acordos de leniência podem ser feitos pelas demais empresas junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com vistas ao fim das práticas ilícitas, sem repercussão na parte penal", disse.

Debate esclarecedor

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Vicente Cândido, disse que foi um debate esclarecedor. "Tivemos posições antagônicas, mas isso é próprio do Parlamento." Para ele, a Câmara está fazendo o que tem de ser feito, e a CFFC é a comissão mais apropriada para isso. "Nós podemos rever a lei, baixar normas, considerar todas as posições para termos uma legislação cada vez mais seguras, que dê segurança jurídica aos atores que venham a fazer acordo de leniência. Isso diferencia nossa comissão dos outros órgãos", explicou.

EXPEDIENTE

JORNAL DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE twitter.com/#!/CFFC

Presidente: Deputado Vicente Cândido (PT-SP)
1º Vice-Presidente: Valtenir Pereira (PROS-MT)
2º Vice-Presidente: João Arruda (PMDB-PR)
3º Vice-Presidente: Wellington Roberto (PR-PB)
Secretário-Executivo: Luiz Paulo Pieri

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala A, sala 161/163
Telefones: (61) 3216-6672
Jornalista responsável: Silene Santos (Mtb 25642)
Diagramação e Edição: Marcia Franca, Antonio Júnior e Gabriel Almeida
e-mail: cffc.decom@camara.leg.br - dep.vicentecandido@camara.leg.br

Deputado Vicente Cândido é eleito presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

O deputado federal Vicente Cândido foi eleito, no último dia 4 de março, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, para este ano. A Comissão é composta por 22 parlamentares titulares e por 22 suplentes.

Durante a cerimônia de posse, o novo presidente ressaltou a importância da atuação da comissão, destacando que os trabalhos serão conduzidos com a liberdade e "a imparcialidade que a lei manda". O deputado lembrou que há outros órgãos com funções semelhantes à sda CFFC, como o Ministério Público, a CGU - dentro do Poder Executivo - e o Tribunal de Contas da União, ressaltando que a CFFC tem ainda o poder de fiscalizar e aprovar normas. "Por isso, temos a supremacia do Poder Legislativo sobre os outros órgãos, e é com esse intuito que vamos conduzir os trabalhos", completou.

Ao dar posse ao deputado Vicente Cândido, o então presidente da CFFC, Hugo Motta (PMDB/PB), elogiou o trabalho do parlamentar à frente da Comissão de Constituição e Justiça, em 2014, disse que não tem dúvida da competência de Cândido e que, como "grande jurista e advogado vai contribuir muito para o funcionamento da Comissão, de acordo com o que a sociedade e, principalmente, o Congresso Nacional precisa fazer no acompanhamento e fiscalização do Poder Executivo".

O deputado Vicente Cândido destacou a importância da atuação da CFFC, ressaltando que os trabalhos serão conduzidos com a liberdade e a imparcialidade que a lei manda

Vice-Presidentes

Foram eleitos, na reunião ordinária do dia 25 de março, os vice-presidentes da CFFC.

1º Vice-Presidente
Deputado Valtenir Pereira (PROS-MT);
2º Vice-Presidente
Deputado João Arruda (PMDB-PR); e
3º Vice-Presidente
Deputado Wellington Roberto (PR-PB)

Aperfeiçoar o trabalho

Membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle se reuniram, no último dia 26 de março, com o consultor técnico da CFFC, Romiro Ribeiro. Durante o encontro foi discutida a implantação de banco de projetos na Comissão para aprimorar o trabalho, entre outras ações.

COAF participa de reunião com integrantes da CFFC

A Subcomissão Especial que vai tratar da recuperação dos ativos originários e produtos de crime encontrados no exterior e investigar as contas secretas de brasileiros no Banco HSBC recebeu, na terça-feira (31), o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeira, do Ministério da Fazenda, Antonio Gustavo Rodrigues, que fez uma explanação sobre as atividades do órgão aos membros da Subcomissão.

Presidente do TCU participa de reunião com deputados da CFFC

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Aroldo Cedraz, esteve, no último dia 18 de março, na CFFC para reunião informal com o presidente Vicente Cândido e membros da Comissão.

Durante o encontro, Cedraz falou sobre a importância do trabalho do TCU como órgão fiscalizador, destacando que nesse trabalho a instituição não pode se deixar contaminar com tendências políticas e ideológicas. "No dia que isso acontecer, ela morre".

O ministro Cedraz falou sobre a importância do trabalho do TCU como órgão fiscalizador

Cedraz falou ainda sobre o empenho do órgão para que o Brasil avance na questão digital e na modernização e melhoria dos serviços de políticas públicas. Uma das ações do TCU nesse sentido é a realização do Seminário Internacional "Brasil 100% digital", que será realizado de 22 a 24 de abril, em Brasília. O presidente convidou os deputados da Comissão para o evento, ressaltando que o seminário vai trazer experiências exitosas de governo digital, como a da Coréia do Sul.

Para o deputado Vicente Cândido, essas reuniões ajudam muito na interação com os novos deputados e para a exposição de ideias e preocupações.

Comissão aprova convite a ministros e criação de Subcomissões

Em reunião ordinária no dia 10 de março, a CFFC aprovou, entre os requerimentos, solicitações de presença de ministros e membros de entidades para falarem sobre temas que têm sido destaque no noticiário nacional, como Operação Lava Jato, Programa Mais Médicos, contas secretas de brasileiros no Banco HSBC, entre outros. A primeira audiência foi realizada no último dia 25 de março, com o ministro da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams.

Para falar sobre esses assuntos foram aprovados requerimentos que solicitam as presenças, além do ministro Adams, dos ministros: José Eduardo Cardozo (Justiça); Arthur Chioro (Saúde); Valdir Moysés (CGU) e Aroldo Cedraz (TCU).

A CFFC aprovou também convite para o ministro do Esporte, George Hilton, falar sobre o processo de pregão eletrônico (Projeto Segundo Tempo).

A comissão aprovou convite aos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo; da Saúde, Arthur Chioro; da CGU, Valdir Moysés; e do TCU, Aroldo Cedraz

Entre outras solicitações, a CFFC deliberou sobre a criação de três Subcomissões Especiais: para acompanhar os desdobramentos das denúncias da existência de contas secretas de brasileiros no Banco HSBC; para debater os efeitos da Operação Lava Jato na economia e no índice de emprego no Brasil e outra para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel. Foi aprovada também a criação de uma Subcomissão Permanente para acompanhar e fiscalizar os Jogos Olímpicos, que acontecerão no Rio de Janeiro no próximo ano.

Lava Jato:

Prerrogativa dos advogados

A CFFC realizou, no dia 08 e abril, reunião de audiência pública para debater as prerrogativas dos advogados que estão atuando nas diversas instâncias da Operação Lava Jato, conforme requerimento do deputado Valtenir Pereira (PROS-MT). Participaram do debate a Drª. Candice Lavocat Galvão Jobim, vice-presidente da Associação dos Juízes Federais, o Drº. José Robalinho Cavalcanti, vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República e Marcos Leôncio Ribeiro, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal.